

A CRIAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ: ASPECTOS HISTÓRICOS

Maria de Jesus Lopes Mousinho Neiva¹, Benevína Maria Vilar Teixeira Nunes², Inez Sampaio Nery², Silvana Santiago da Rocha²

Objetivo: descrever as circunstâncias históricas que antecederam e viabilizaram a criação do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí. **Metodologia:** é uma pesquisa histórico-social, fundamentada nos conceitos de história e memória, e de história oral. Utilizou-se fontes orais, que foram os depoimentos de oito colaboradoras, membros do Conselho no período do estudo e fontes escritas e iconográficas (atas, resoluções, jornais e fotografias), e fontes secundárias como artigos, livros e a legislação sobre o tema. **Resultados:** com a promulgação da Lei 5.905/1973, foram implantados os Conselhos Regionais nos estados, por meio do trabalho de Juntas Especiais. No Piauí, as enfermeiras da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Piauí instalaram o novo órgão, em 1975. **Conclusão:** o processo histórico de criação do Conselho Regional de Enfermagem foi permeado de lutas das enfermeiras, que participavam da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Piauí.

Descritores: História da enfermagem, Sociedades de Enfermagem, Enfermagem.

THE CREATION OF THE REGIONAL NURSING COUNCIL OF PIAUI: ASPECTS HISTORICAL

Objective: The study's aim was to describe the historical circumstances that precede and made viable the creation of Regional Nursing Council of Piaui. It is a historical-social research, based upon the concepts of history and memory, and oral history. It was used as oral sources the testimonials of eight collaborators that were members of the Council during the period studied, and also iconographic and written sources (minutes, resolutions, newspapers and photographs), and, as secondary sources, papers, books and the related legislation. After the enactment of the act 5.905/1973, was established the Regional Councils in the states, through the work of Special Joints. In Piaui, the nurses of the Brazilian Nursing Association -- Section Piaui, installed the new organ in 1975. It was concluded that the historical process of creation of the Regional Council of Nurse was permeated by the struggles of nurses who participated in the Piaui Section of the Brazilian Nurse Association.

Descriptors: History of nursing; nursing societies; nursing.

LA CREACIÓN DEL CONSEJO REGIONAL DE ENFERMERÍA DE PIAUÍ: ASPECTOS HISTÓRICO

Objetivo: El objetivo del estudio fue describir las circunstancias históricas que preceden y hacen viable la creación del Consejo Regional de Enfermería de Piauí. Se trata de una investigación histórico-social, basada en los conceptos de historia y memoria, y la historia oral. Se utilizó como fuentes orales los testimonios de ocho colaboradoras que eran miembros del Consejo durante el período estudiado, así como las fuentes iconográficas y escritas (minutos, resoluciones, periódicos y fotografías), y, en fuentes secundarias, documentos, libros y legislaciones acerca del tema. Después de la promulgación de la Ley 5.905/1973, se creó los Consejos Regionales en los estados, a través del trabajo de las juntas especiales. En Piauí, las enfermeras de la Asociación Brasileña de Enfermería - Sección Piauí, instalarán el nuevo órgano en 1975. Se concluyó que el proceso histórico de creación del Consejo Regional de Enfermería fue permeado por la lucha de las enfermeras que participaron en la Sección Piauí de la Asociación de Enfermeras de Brasil.

Descriptores: Historia de la Enfermería; sociedades de enfermería, enfermería.

¹Enfermeira. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí/ UFPI. E-mail: jesusmousinho@gmail.com

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente da UFPI.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto do presente estudo é o processo histórico de criação do Conselho regional de Enfermagem do Piauí COREN-PI, no período de 1975 a 1991.

As ações de fiscalização da enfermagem e das demais profissões da área da saúde foram iniciadas no Brasil a partir da década de 1930. E para implementá-las em 1941 foi reorganizado o Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde, que criou o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia que coordenava e fiscalizava o exercício das atividades dos profissionais de saúde, incluindo a enfermagem^(1,2).

No entanto, as enfermeiras da época não concordavam em ser fiscalizadas por outras categorias profissionais, pois entendiam que as ações desenvolvidas pela enfermagem eram de sua própria responsabilidade e somente essas tinham conhecimento e condições para opinar sobre assuntos referentes à profissão⁽⁴⁾.

Como não possuíam um órgão que regulamentasse a enfermagem, nesse mesmo período é que foi deflagrado o processo de criação do Conselho de Enfermagem para regulamentar o exercício profissional da enfermagem⁽¹⁾.

A luta por essa regulamentação foi desencadeada pelas enfermeiras da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), que elaboraram e encaminharam vários projetos aos órgãos governamentais com essa finalidade e intensificaram as discussões sobre o assunto em espaços como os congressos e encontros por elas realizados e que foram importantes para que a ideia de criação do Conselho se cristalizasse e ganhasse força^(3,4).

Esse processo se concretizou quando a ABEn encaminhou o último projeto para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, em setembro de 1972, o qual foi aprovado em 1973 pela Lei 5.905, que criou o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (CORENs), definidos como autarquias federais de fiscalização profissional⁽¹⁾.

Assim, para cumprir a lei 5.905, em 1975, O COFEN determinou a criação de Juntas Especiais nas cidades onde seriam instalados os Conselhos Regionais. No Estado do Piauí, os profissionais da Diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn-PI) compuseram a Junta Especial, formada por enfermeiras e auxiliares de enfermagem, que

teve como competência inscrever os profissionais, elaborar o processo eleitoral e realizar a primeira eleição do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí (COREN-PI), que foi implantado nesse mesmo ano.

Esse estudo tem como objetivo descrever as circunstâncias históricas que antecederam e viabilizaram a criação do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí.

METODOLOGIA

Estudo sócio-histórico, com abordagem qualitativa. O recorte é histórico (1975-1991), corresponde às circunstâncias históricas que antecederam a criação do COREN-PI.

Para produção dos dados utilizou-se fontes primárias: atas, resoluções, decisões, relatórios, jornais, fotografias, pertencentes aos arquivos do COREN-PI, e depoimentos de oito colaboradoras assim distribuídas: três enfermeiras e uma auxiliar de enfermagem que participaram do processo de implantação do COREN-PI, e mais quatro enfermeiras que atuaram como conselheiras-presidentes no período temporal delimitado no estudo, coletados na perspectiva da História oral temática. As colaboradoras foram identificadas pelos próprios nomes, após autorização por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Transferência de Direitos Autorais.

A análise dos dados foi realizada após o mapeamento das entrevistas e das fontes documentais. Foram levados em consideração as falas, ideias, sentimentos, pensamentos e ações vivenciados pelos entrevistados. Essa é a fase em que se dá a configuração das fontes, articulando todas as informações coletadas nas entrevistas e nos documentos existentes, que obedece a uma seqüência sugerida por Meihy e Holanda⁽⁷⁾. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Junta Especial que implantou o Conselho Regional de Enfermagem do Piauí

A Diretoria do COFEN, em cumprimento a Lei 5.905/1973, em sua primeira reunião elaborou um cronograma de atividades, que incluía a instalação dos CORENs. Para isso, era necessário que fosse eleito o plenário de cada Conselho pelo voto dos profissionais de enfermagem, no entanto, os

“A luta por essa regulamentação foi desencadeada pelas enfermeiras da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)”

mesmos não poderiam votar, pois deveriam estar inscritos. A superação desse problema adveio com a criação das Juntas Especiais que foram instaladas nas capitais, onde seriam recebidos os Conselhos Regionais. Essa ideia foi sugerida pelo Conselho Federal de Odontologia e pelo Conselho Regional de Farmácia, que estavam auxiliando o COFEN⁽³⁾.

As Juntas Especiais do Conselho Federal de Enfermagem (JECOFEN) foram, então, a forma encontrada para que as ações do COFEN pudessem ser organizadas e efetivadas nos estados. Eram órgãos do próprio Conselho Federal e tinham competências delegadas e atribuições definidas em regimento próprio para a adoção das providências preliminares para a instalação dos Conselhos Regionais⁽⁴⁾. As JECOFENs foram instituídas em agosto de 1975 com a finalidade de cadastrar, receber documentação e realizar as eleições para os CORENs nos Estados^(3,5).

No Piauí, em 1975 existiam 26 enfermeiras, que integravam a ABEn-PI⁽⁹⁾. Sabia-se, no entanto, que para a instalação do Conselho seria necessário um número considerável de profissionais e o pequeno número deles no estado poderia comprometer a instalação do regional, como deixa claro a colaboradora Maria do Amparo Barboz “com mesmo poucas enfermeiras, nós nos propusemos a enfrentar e trabalhar no sentido de instalar esta Junta especial”.

A criação do COREN-PI se afigurava um desafio. Era preciso que a Junta Especial fosse estabelecida e que as enfermeiras contornassem o problema do pequeno número de profissionais. Para tanto, o apoio da ABEn – Seção Piauí foi fundamental: “A JECOFEN para criação do COREN-PI foi uma forma que o COFEN encontrou para implantar nos estados os Conselhos, e teve o apoio da Associação Brasileira. Então eu, como presidente da ABEn, achava que a gente não poderia deixar passar essa oportunidade (...)” (Maria do Amparo Barbosa).

No Piauí, a Junta Especial foi composta pelas enfermeiras Filomena Lelis Camello, Inez Sampaio Nery e Francisca das Chagas Sousa, todas indicadas pela ABEn -PI e empossadas pela Presidente do COFEN à época, enfermeira Maria Rosa Sousa Pinheiro⁽⁹⁾.

O novo órgão passou a funcionar numa sala cedida pela Escola de Auxiliar de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot e, nesse período, as suas atividades centraram-se

no cadastramento dos profissionais do estado. Essa tarefa teria sido ainda mais difícil não fosse o auxílio dos atendentes e auxiliares de enfermagem, pois,

Como as enfermeiras e os auxiliares de enfermagem naquela época eram poucos, contamos com a ajuda dos provisionados, que eram os atendentes de enfermagem. Eles tinham que se inscrever no conselho. Nós fazíamos a relação deles para saber quantos tinham por serviço, e cobrava toda documentação que era necessária para eles participarem do conselho (Inez Sampaio Nery).

Nesse período, além do cadastro dos profissionais de enfermagem e provisionados, a JECOFEN organizou a primeira eleição do COREN-PI, com a mobilização das entidades de enfermagem no estado, como a ABEn e a associação de sindicatos dos auxiliares e atendentes de enfermagem, que juntos montaram uma chapa para concorrer às eleições⁽⁹⁾.

As eleições ocorreram na sede da Escola de Auxiliar de Enfermagem “Irmã Maria Antoinette Blanchot”, em 21 de outubro de 1975, e foi um momento de regozijo para a enfermagem, pois se concretizava a regulamentação da profissão no estado.

3.2 Ações desenvolvidas para a organização do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí

O primeiro Plenário do COREN-PI eleito para o triênio 1975 a 1978 foi composto pelos

membros efetivos: Maria do Amparo Barbosa, Inez Sampaio Nery, Maria Vieira de Moraes, Francisca das Chagas Sousa e Raimundo Alves de Brito. Como membros suplentes: Filomena Lelis Camello, Francisca Ribeiro de Almeida Leal, Maria das Graças Menezes Silva e Rivaldo Alves de Assis.

Para cumprir, então, a legislação, na primeira reunião realizada pelo novo plenário, em 05 de novembro de 1975, foi eleita a primeira Diretoria do Conselho, cujos membros foram: como presidente, Maria do Amparo Barbosa; secretária, Inez Sampaio Nery; tesoureira, Maria Vieira de Moraes; Comissão de Tomada de Contas: Francisca Ribeiro de Almeida Leal, Francisca das Chagas Sousa e Raimundo Alves de Brito; delegado eleitor, Maria do Amparo Barbosa; Comissão de Ética: Maria Vieira de Moraes como presidente, Filomena Lelis Camello como vogal^(9,10).

Convém mencionar que a nova diretoria iniciou seus trabalhos com o desafio de organizar a entidade no estado.

“As JECOFENs foram instituídas em agosto de 1975 com a finalidade de cadastrar, receber documentação e realizar as eleições para os CORENs nos estados”

Dentre as ações a serem realizadas, destacavam-se a de providenciar sede própria para o conselho; efetivar o registro de todos os profissionais de enfermagem e esclarecê-los sobre o papel e a importância do órgão, bem como elaborar o primeiro Regimento Interno do COREN-PI⁽⁹⁾.

Esse período inicial de trabalhos foi difícil, não só pelo pequeno número de enfermeiras no estado, mas também, em face ao momento político que se encontrava o país na década de 1970. Para consolidação dessas ações, o COREN-PI dispunha de normativos, como a Resolução COFEN nº 06 de agosto de 1975 que “cria condições econômicas para o processamento da instalação dos CORENs”⁽¹¹⁾.

Mesmo com a existência desses atos normativos, resoluções e portarias, era uma época difícil, e o grupo que estava à frente do COREN-PI enfrentou as adversidades com determinação, como nos exemplificam as colaboradoras.

Nós fizemos um movimento grande no estado [...] para fortalecer a instalação do Conselho (Maria do Amparo Barbosa).

(...) O trabalho foi de muita mobilização (...) pois só muitos anos depois foi que o conselho passou a atuar no interior. A enfermagem teria mais autonomia (...) foi um trabalho intenso e muito difícil (Francisca das Chagas Sousa).

Vale enfatizar que o trabalho desenvolvido pelos membros da Diretoria do COREN-PI foi decisivo para a estruturação do órgão, pois implementaram estratégias de mobilização para buscar os profissionais de enfermagem e fazer com que se registrassem no conselho e pagassem as taxas. Os profissionais de enfermagem, no entanto, relutavam em pagar tais valores, e foi necessário um trabalho de convencimento.

(...) As pessoas tinham que pagar as taxas, porém ninguém queria. Elas perguntavam por que deveriam pagar, pois não entendiam a razão. Mas o Conselho e a ABEn fizeram um trabalho mostrando a importância do pagamento, a necessidade de manutenção do órgão, de estruturar para atender o pessoal de enfermagem (Francisca das Chagas Sousa).

A capital do estado do Piauí era pequena e o número de profissionais no estado também, portanto os valores das taxas e emolumentos não eram suficientes para manter

o COREN-PI. Por essa razão, era necessário que outros recursos fossem captados por meio de atividades como evento, estratégia utilizada pela gestão do Conselho à época.

Outra estratégia empreendida pela diretoria do COREN-PI foi o esclarecimento dos profissionais sobre a Lei 5.905/73, pois a demanda para inscrição no conselho era pequena e existia um contingente de profissionais de nível elementar, o que levou a diretoria a buscar estratégias e promover ações abordando os objetivos e importância do COREN para a enfermagem, como se observa,

(...) Porque ninguém sabia, nem os próprios membros não sabiam o que era o COREN. Eu vou me inscrever no COREN só para dar meu dinheiro? Isso não era possível. Tinha que haver uma conscientização. Então nós trabalhávamos nesse sentido. Nós estudávamos e organizávamos os grupos, reuniões, cursinhos para explicar realmente qual era o objetivo e a finalidade do COREN (Maria do Amparo Barbosa).

Outra ação importante do grupo foi a divulgação de notícias referentes ao órgão, tanto na imprensa local, quanto no Boletim Informativo do COFEN. O Boletim Informativo do COFEN foi planejado desde o primeiro ano de atividade do órgão, em 1975, com o objetivo de levar notícias de interesse dos profissionais de enfermagem aos Conselhos Regionais e demais entidades oficiais ou privadas, de caráter regional ou nacional⁽⁶⁾. A

enfermagem piauiense contou com o auxílio da imprensa local na divulgação das ações de enfermagem, facilitado pelo fato de as enfermeiras da gestão gozarem de prestígio perante aos órgãos de comunicação. Como demonstra a fala:

As enfermeiras mais antigas tinham muito prestígio. Nós tínhamos notícias no jornal e no rádio gratuitamente. Na época um importante jornalista, José Lopes dos Santos (...) nos ajudou muito na divulgação das ações da profissão. (Maria dos Aflitos Miranda Barros).

Além desses problemas e ações, ressalta-se a luta dessa Diretoria do COREN-PI pela aquisição de um local para o funcionamento adequado do órgão. Até meados de maio de 1976, o COREN-PI funcionou em uma sala cedida pela Escola Maria Antoinette Blanchot, onde atualmente funciona a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Piauí (FACIME). No entanto, como a sede era provisória, o

“Outra ação importante do grupo foi a divulgação de notícias referentes ao órgão, tanto na imprensa local, quanto no Boletim Informativo”

grupo teve que conseguir outro local, que pudesse garantir atendimento aos seus inscritos e estrutura apropriada para guardar documentos.

(...) Uma de nossas preocupações era exatamente com o local, pois nós precisávamos conseguir um espaço bem localizado para facilitar o acesso aos profissionais de enfermagem. Quando nós saímos da Escola, foi alugada uma casa a ajuda do COFEN. Então começamos a comprar o mobiliário, e outras coisas mais (...). Todas as enfermeiras, principalmente aquelas que já começavam a se inscrever no COREN, doavam alguma coisa, e assim tivemos a primeira sede oficial do COREN (Maria Vieira de Moraes).

A definição de um espaço físico para sediar os conselhos regionais era uma exigência legal imposta pelo COFEN, para sua organização e funcionamento, tendo em vista que guardaria documentos oficiais dos inscritos⁽¹⁾. Nesse sentido, durante a realização da 5ª reunião ordinária, em três de maio de 1976, a presidente do COREN-PI, Maria do Amparo Barbosa, anunciou a mudança do regional para a casa que havia sido alugada, localizada na Rua 1ª de Maio. A sede foi inaugurada durante as comemorações da Semana Brasileira de Enfermagem.

Nesse prédio, além do COREN-PI, passou a funcionar, também a ABEn - Seção Piauí e a APAATE (Associação Profissional dos Atendentes, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem). Um dos desafios da nova diretoria, nesse aspecto, foi garantir a integração entre as instituições que formavam a enfermagem no estado. Mesmo com essa tentativa de integração entre as sociedades de enfermagem local, o mandato da primeira gestão do COREN-PI foi marcado por dificuldades financeiras para viabilizar os projetos pensados por essas mulheres, que tinham um sonho de ver a enfermagem local se desenvolver.

O grau dessas dificuldades pode ser observado no depoimento da colaboradora Maria do Amparo Barbosa, que enfatiza a coragem que tiveram as enfermeiras da época: "Nós entramos nessa luta com bastante força. Têm horas que eu penso que eu era doida, eu não sei se hoje eu teria coragem de fazer tudo aquilo, porque enfrentei muitas dificuldades".

Na ata da 24ª Reunião Ordinária do COREN-PI (1978), a presidente Maria do Amparo Barbosa comunicou às presentes

a fase financeira difícil, que vinha passando o COFEN, e a consequente necessidade de contenção de despesas pelos CORENs. O COREN-PI, como outros CORENs, eram ajudados financeiramente pelo COFEN e por CORENs mais abastados, como os de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. Com a crise financeira do COFEN e o momento difícil por que passavam os conselhos maiores, o regional piauiense teria que reduzir despesas,

(...) A situação ficou difícil, nós recebíamos muita ajuda financeira de outros conselhos de melhores condições, mas chegou o momento de tomar uma decisão, nós não poderíamos mais ficar sendo auxiliados, subsidiados, pelos outros conselhos que estavam em melhores condições como de São Paulo, Rio de Janeiro. Ai então surgiu à ideia de entregar a casa, por que as despesas eram grandes e já não tínhamos mais como fazer (Maria Vieira de Moraes).

Essa situação levou as enfermeiras da primeira gestão a deixarem a casa em que funcionava a sede do COREN, pois não tinham condições de arcar com os custos, que até então vinham sendo financiados pelo COFEN, e ajudas recebidas de outros regionais. Essa situação fez com que as aguerridas conselheiras do COREN-PI buscassem outros reforços para solucionar o problema da sede. Nesse sentido, as conselheiras procuraram o apoio do governador do

estado à época, Dr. Lucídio Portela Nunes, que cedeu um apartamento, pertencente ao estado, no condomínio IAPEP, Bloco F apartamento 32, localizado na Rua Santa Luzia, para que o órgão fosse abrigado,

(...) Tivemos a idéia, e eu juntamente com a Amparo Barbosa, Inez Nery e Maria dos Aflitos, fomos ao Dr. Lucídio Portela, na época Governador do Estado. Ele nos cedeu um daqueles apartamentos que tem na Rua Santa Luzia, no IAPEP e nós nos transferimos pra lá, levando conosco, da mesma forma, a ABEn e a APAATE (Maria Vieira de Moraes).

(...) Dr. Lucidio, governador do Estado, foi uma pessoa que nos ajudou muito (...) cedendo o apartamento do IAPEP (Maria do Amparo Barbosa).

O documento de cessão do apartamento só seria recebido na gestão seguinte, eleita em outubro de 1978, mas o esforço

“A definição de um espaço físico para sediar os conselhos regionais era uma exigência legal imposta pelo COFEN”

da primeira gestão em conseguir o apartamento ficou marcado na história, conforme relata a colaboradora Maria dos Aflitos Miranda Barros (2012), presidente do conselho nessa nova gestão.

(...) mudamos para outra sede, o que coincidiu com o início desta gestão. A ajuda que vinha dos outros CORENs, a partir de então não viria mais. Então procuramos resolver essa situação, entregando a casa que era alugada e passando para um apartamento que foi cedido pelo Governador do Estado a pedido da Maria do Amparo Barbosa. Fizemos também um ofício, mostrando para ele nossa situação, e ele cedeu este apartamento, que era do IAPEP-Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado do Piauí.

As enfermeiras organizaram um mutirão, com a ajuda de parentes, para transferir móveis e documentos para a nova sede. Conforme relata Maria dos Aflitos, o mutirão foi uma estratégia utilizada para contornar a falta de recursos. Em 07 de junho de 1979, finalmente foi recebido o documento de cessão do imóvel que abrigaria o COREN, a ABEn e a APAATE.

O COREN-PI permaneceu na sede da Rua Santa Luzia até 1991, ficando somente a ABEn – seção Piauí, que permanece e continua lá até hoje. A saída do COREN-PI ocorreu porque o espaço físico da sede tornou-se pequeno para comportar a estrutura administrativa do órgão com os diversos serviços que deveriam ser oferecidos aos inscritos, em face da expansão da profissão, da criação e abertura de novos cursos de auxiliar e técnicos de enfermagem e a saída de novos egressos da Universidade Federal.

Mais uma vez, na busca para resolver a situação, em maio de 1991 foi comprada, com a ajuda do COFEN, uma casa na Rua Magalhães Filho, 655, para o funcionamento da nova e definitiva sede do Conselho, onde até hoje se encontra.

As limitações do estudo se referem, principalmente, às fontes geradas pelas entrevistas que são plenas de emoção e próximas de nosso tempo. No entanto, as transcrições poderão subsidiar mais estudos sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, mediante a análise e discussão das circunstâncias históricas em que foi criado e organizado o Conselho Regional de Enfermagem do Piauí, retrata o processo que tornou possível a sua viabilização como instituição de representação da enfermagem no estado. Na construção da narrativa histórica sobre a criação do Conselho Regional de Enfermagem, destacou-se, inicialmente, a criação da Junta Especial do COFEN, estratégia utilizada pelo Conselho Federal de Enfermagem para que as ações fossem organizadas e efetivadas nos estados, no ato de instalação dos Conselhos Regionais.

As ações da Junta Especial no Estado foram marcadas pelo desafio de inscrever todos os profissionais de enfermagem existentes no mercado de trabalho e deflagrar o processo de eleição da primeira diretoria para o conselho. Após a conclusão da eleição, encerraram-se as funções da Junta Especial.

Com a posse da primeira diretoria, a enfermagem piauiense comemorou a conquista de implantação do Conselho no estado do Piauí, o que representava uma importante conquista já que, à época, era pequeno o quantitativo de profissionais de enfermagem o que, durante o processo, chegou a colocar em risco a implantação do órgão no estado.

Nesse sentido, destacou-se no processo de luta pela criação e implantação do COREN-PI a participação da Associação Brasileira de Enfermagem, Seção Piauí, que contribuiu e esteve presente nos momentos decisivos desse período histórico.

REFERÊNCIAS

1. Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem (1926 - 1976)-documentário. Brasília: ABEn Nacional; 2008.
2. Bock LF, et al. A Organização da Enfermagem e da Saúde no Contexto da Idade Contemporânea (1930 - 1960) In: Enfermagem: história de uma profissão, (organizadoras) Maria Itayra Padilha, Miriam Susskind Borenstein, Iraci dos Santos. São Caetano do Sul(SP): Difusão Editora;2011.
3. Oliveira MIR, Ferraz NMF. A ABEn na criação, implantação e desenvolvimento dos Conselhos de Enfermagem. Rev Bras Enferm. 2001; 54(2): 208-12.
4. Germano RM. Organização da enfermagem brasileira. Enferm Foco. 2010; 1(1): 1-36.
5. Garcia CLLM, Moreira A. A Associação Brasileira de Enfermagem e a Criação do Conselho Profissional no Brasil. Rev Pesq cuidado fundamental .2009;1(1): 97-110.
6. Le Goff. História e Memória.Campinas (SP): UNICAMP;2003.
7. Meihy JCSB, Holanda F. História Oral: como fazer, como pensar.São Paulo:Contexto; 2010.
8. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução 466/2012. Que trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. DOU nº 12, 13 de junho de 2013 - Seção 1, página 59. Brasília, 2013.
9. COREN - PI. Ata da 1ª Reunião do COFEN no PIAUÍ:1975.
10. Conselho Federal de Enfermagem (BR). Documentos Básicos.Rio de Janeiro: COFEN; 2001.
11. COREN-PI. Resoluções recebidas do COFEN, 1975 - 1978.